

OBJETO: Aquisição de Mobiliário, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento de necessidades da CGU Sede, na cidade de Brasília - DF, assim como bens e serviços associados, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 15/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

RECURSOS: R\$ 1.244.760,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil setecentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: de 25/02/2021 a 25/02/2022

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2021

SIGNATÁRIOS: Pela CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU, Senhora VIVIAN VIVAS, e pela CENTRA MOVEIS S/A, Senhor VINÍCIUS PINA PINHEIRO.

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 370003 - CGLCD/DGI/SE/CGU

Número do Contrato: 21/2019.

Nº Processo: 00190.105490/2019-68.

Pregão. Nº 29/2018. Contratante: COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO. Contratado: 40.432.544/0001-47 - CLARO S.A.. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o seguinte: a) alteração do catálogo de serviços de computação em nuvem (tabela 1 do contrato nº 21/2019) - oriundo do pregão nº 29/2018-mp - ata de registro de preços nº 06/2018, com a inclusão de 6 (seis) novos serviços (itens 33 a 38, e seus subitens); b) reajuste dos valores contratados em 13,06% (treze vírgula zero seis por cento), nos termos da cláusula décima do contrato, com efeitos a contar das parcelas executadas a partir de 01 de dezembro de 2020.. Vigência: 01/12/2019 a 01/06/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 2.622.700,61. Data de Assinatura: 24/02/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 24/02/2021).

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 7/2021

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 18/02/2021. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de engenharia para recuperação das coberturas e fachadas no edifício das Promotorias de Justiça do Gama do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Secretária de Licitação

(SIDE - 25/02/2021) 200009-00001-2021NE000001

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - MPF X MP/SP X MPCON

PARTÍCIPES: Ministério Público Federal, por intermédio da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor. OBJETO: Estabelecer parcerias institucionais para o intercâmbio e a cooperação técnica relacionados à Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica. VIGÊNCIA: Prazo indeterminado. PGEA nº 1.00.000.020975/2020-51 (MPF) e processo nº 29.0001.0150463.2020-55 (MP/SP). DATA DA ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2021 - SIGNATÁRIOS: Luiz Augusto Santos Lima (Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF), Mário Luiz Sarrubbo (Procurador-Geral de Justiça do MP-SP) e o Promotor de Justiça Paulo Roberto Binicheski, Presidente do MPCON.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2021

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE torna público que foi reaberto prazo o pregão nº 02/2021, uma vez que alterações que afetam a proposta foram realizadas no instrumento convocatório. Informamos que a sessão será realizada no dia 12 de março de 2021, às 10:00h (horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br. O edital, com as demais informações, estará à disposição a partir de 26/02/2021, nos sites www.comprasnet.gov.br, e <http://apps.mpf.br/apex/?p=111:105::NO:105::>, podendo ser solicitado através do e-mail prac-cpl@mpf.mp.br.

PAULO CÉSAR DE SOUSA JÚNIOR
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 8/2020 - UASG 200069

Processo: 1.10.000.000786/2020-15. Ata Complementar.

Aquisição de material permanente e consumo PR/AC. Adjudicado e Homologado conforme se segue: Grupo 1 - N. V. VERDE EIRELI - CNPJ 03.363.727/0001-21, pelo valor de R\$ 13.016,92; Grupos 2 e 3 - DOUGLAS S DE AMORIM - CNPJ 27.677.952/0001-09, por R\$ 5.800,00 e R\$ 26.588,38; Grupos 4 e 6 - MARIA CONSUELO SOARES DA MATA - CNPJ 28.697.784/0001-78, por R\$ 4.011,35 e R\$ 15.691,07; Grupo 5 - LUMEN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MOTORES ELÉTRICOS EIRELI - CNPJ 34.777.255/0001-87, pelo valor de R\$ 2.563,00; Item 73 - FERNANDO F DE ARAÚJO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI - CNPJ 12.809.965/0001-09, por R\$ 1.783,07; Item 77 - MARIA CONSUELO SOARES DA MATA - CNPJ 28.697.784/0001-78, por R\$ 2.412,34. Itens 75 e 76 - Fracassados. Homologante: Paulo Machado Corrêa, Secretário Estadual PR/AC. Data: 18/02/2020. Os pregões e as especificações estão à disposição para consulta no site www.transparência.mpf.mp.br.

PAULO CÉSAR DE SOUSA JÚNIOR
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc.: 1.11.000.001251/2020-24. Segundo Termo Aditivo ao Contrato PR/AL nº 01/2020, de prestação de serviços de adequação da rede de cabeamento estruturado da PR/AL (Maceió), firmado com a empresa AHH SERVIÇOS, CONSULTORIA E COMÉRCIO EIRELI - CNPJ: 19.389.810/0001-00. Objeto: Atualização do cronograma físico-financeiro da obra, de acordo com o disposto no Relatório de Análise Técnica anexo ao termo. Valor acrescido: não houve alteração no valor global do contrato. Fund. Legal: Lei 8.666/93. Data da Assinatura: 25/02/2021. Assinam: Hariani Paula Bimbo Santos, pela Contratada, e Daniel Costa Fortes, pelo Contratante.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº: 1.15.000.001337/2020-16. Locatário: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Ceará. Locador: Solange Maria Melo Soares. CPF: 318.117.013-53. Objeto: Locação de dois imóveis urbanos, conforme informações disponíveis no processo. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8666/93. Valor Total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Ratificação da Autoridade Superior: Artigo 26 da Lei nº 8666/93 - Rômulo Moreira Conrado - Procurador-Chefe, em 23/02/2021.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo de alteração do Contrato nº 16/2012, cujo objeto é a locação de imóvel, do tipo comercial, para instalação provisória do complexo sede da Procuradoria da República no Estado do Pará, localizado na Rua D. Romualdo de Seixas, no 1476, andar 2.º, Bairro Umarizal, Belém/PA. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Pará. CONTRATADA: HLM EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.176.085/0001-91. FUNDAMENTO: Lei 8.666/93. PROCESSO: 1.23.000.002031/2012-97. ASSINATURA: 22/02/2021. VALOR GLOBAL: R\$ 3.033.933,44 (três milhões, trinta e três mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos); VALOR MENSAL: R\$ 32.522,69 (trinta e dois mil, quinhentos e vinte dois reais e sessenta e nove reais). VIGÊNCIA do Aditivo: 1º/01/2021 a 31/12/2021. SIGNATÁRIOS: Raimundo Hélio Nascimento Filho, pela contratante e Humberto Lobato Mcphee, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da Procuradoria da República no Estado da Paraíba - PR/PB, e a CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS EIRELLI - EESAP. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 03 ano(s). DATA DE ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2021. ASSINAM: SÉRGIO RODRIGO PIMENTEL DE CASTRO PINTO, Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Paraíba e DANIEL PORTO CAMPELLO, Diretor da Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano - EESAP. Processo Administrativo 1.24.000.000382/2021-17.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, e o CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 09/02/2021 a 08/02/2024. Data de assinatura: 09 de fevereiro de 2021. Dra. Paula Cristina Conti Thá, Procuradora-Chefe, pela PR/PR e Sra. Maria Danieli Menegassi de Castro, Representante, pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO. Processo Administrativo 1.25.000.000501/2021-02.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 18/02/2021 a 17/02/2024. Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2021. Dra. Paula Cristina Conti Thá, Procuradora-Chefe, pela PR/PR e Profª. Salete Paulina Machado Sirino, Reitora, pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR. Processo Administrativo 1.25.000.000500/2021-50.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2019

Nº do Processo: 1.28.000.000265/2019-90. Contratante: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte (CNPJ Nº 26.989.715/0025-80). Contratada: CORREIA NETTO ENGENHARIA LTDA. (CNPJ: 28.327.261/0001-30). Objeto: Prorrogar a vigência contratual, reajustar o valor contratual e ajustar o procedimento de ressarcimento de despesas oriundo de reposição de peças com ônus para a CONTRATANTE. Data de Assinatura: 24/02/2021. Vigência: 01/05/2021 a 30/04/2022. Valor contratual: R\$ 96.086,33. Amparo legal: inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: 3.3.90.39. Programa de trabalho: 03062058142640001. Assinam: Mísiya Talita Silva Bulhões, Secretária Estadual, e Victor Manoel Mariz, Procurador-Chefe Substituto, em aprovação, pela Contratante; e Assis Nunes Correia Netto, Sócio-administrador, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de São Paulo; Objeto: Participação de 6 servidores da PR/SP no Curso "O que muda com a nova Lei de Licitações"; Contratada: ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A; Nota de empenho 2021NE000211 no valor de r\$ 10.773,00; Fundamento: com base no Artigo 25, Inciso II, da Lei nº 8.666/93; Ratificação: Autoridade Superior - Artigo 26 da Lei nº 8.666/93 - Exmo. Sr. Dr. Marcio Schusterschitz da Silva Araujo, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

AVISO DE ABERTURA DE PRAZO CREDENCIAMENTO

CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

CONSIDERANDO a Resolução nº 42 de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, em que em seu artigo 7º, inciso I, estabelece ser requisito mínimo para a concessão de estágio, dentre outros, a existência de convênio com as Instituições de Ensino;

CONSIDERANDO a Resolução a nº 62 de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público, que alterou a redação do artigo 18 da Resolução acima citada e determinou a concessão de prazo para que todas as Instituições de Ensino interessadas possam celebrar o convênio previsto no inciso I, do art. 7º, da Resolução nº42/2009;

CONSIDERANDO a Portaria PGR/MPU nº576 de 2010, que alterou a redação do artigo 4º da Portaria PGR/MPU nº 378 de 2010, e determinou a concessão de prazo de 15 (quinze) dias antes da publicação do edital de abertura do processo seletivo de estágio para que as Instituições de Ensino interessadas possam celebrar o convênio previsto no art 3º da Portaria PGR/MPU nº 378 de 2010;

CONSIDERANDO a iminência da abertura do 1º Processo Seletivo do exercício de 2021, nas áreas de direito, administração, jornalismo, informática, engenharia civil e secretariado;



O Ministério Público Federal em Sergipe torna público que está aberto o prazo, de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Aviso, para o credenciamento das instituições de ensino superior interessadas em firmar convênio com a Procuradoria da República em Sergipe;

Para formalização do Termo de Convênio, os interessados devem enviar, via protocolo eletrônico do MPF, Ofício dirigido à área de Seção de Estágio da PRSE contendo as seguintes informações e documentos:

- CNPJ's da mantida e mantenedora;
- Endereço completo;

- Nome completo e cargo do responsável pela assinatura do Termo de Convênio, juntamente com cópia de documento que confere poderes ao responsável pela assinatura;

- comprovante de credenciamento pelo Ministério da Educação;
- contrato social.

Poderão participar do Processo Seletivo os estudantes regularmente matriculados nas instituições de ensino conveniadas com a PRSE;

Para mais informações enviar e-mail para prse-sest@mpf.mp.br.

Em 25 de fevereiro de 2021
FLÁVIO PEREIRA COSTA MATIAS
Procurador-Chefe da PRSE

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e o Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Objeto: Estágio de Estudantes de Nível Superior. Vigência: 24/02/2021 a 23/02/2024, podendo ser prorrogado por igual período. Assinam: Antônio Delnair de Lacerda, Diretor de Gestão de Pessoas Substituto, pelo MPM, e Sérgio Fiuza de Mello Mendes, Reitor, pela CESUPA.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2021 - UASG 200200

Nº Processo: 1225/2021-08. Objeto: Pagamento de despesas com Imposto Predial Territorial Urbano e Taxa de Limpeza Pública - IPTU/TLP da Torre A - Sede da Procuradoria Geral do Trabalho, correspondente ao exercício de 2021. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 23/02/2021. CLEOFASTER SARDINHA E SILVA. Diretor de Administração Substituto. Ratificação em 24/02/2021. DICKSON ANSAH RIBEIRO FREMPONG. Diretor-geral Adjunto. Valor Global: R\$ 870.905,64. CNPJ CONTRATADA : 00.000.000/0001-91 BANCO DOBRASIL SA.

(SIDEAC - 25/02/2021) 200200-00001-2020NE000018

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 5/2018

Convenientes: o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por intermédio da PRT DA 2ª REGIÃO e a UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, com a interveniência do INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Prorrogação até 02/03/2024. Data e assinatura: 03/02/2021. Dr. João Eduardo de Amorim, Procurador-Chefe, e Prof. Dr. Rafael Fonseca Santos, Coordenador de Desenvolvimento Acadêmico. São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 08/2021; Contratante: União Federal, por intermédio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região; Contratada: Devonir Karnopp & Cia. Ltda., CNPJ nº 14.673.320/0001-17; Objeto: Fornecimentos parciais mensais de água mineral para a Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) Pelotas/RS, no exercício de 2021; Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93; Elemento de Despesa: 339030-07; Nota de Empenho nº 2021NE000155, de 17/02/2021, no Valor Total de R\$ 140,00; Vigência: da data de assinatura até 31/12/2021; Local e data da assinatura: Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2021; Pela Contratante: Mariana Furlan Teixeira, Procuradora-Chefe; Pela Contratada: Devonir Karnopp e Letícia Fuhrmann Scheunemann, Representantes legais; Processo 20.02.0400.0000077/2021-90.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Convenientes: MPT, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região e FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA, CNPJ: 71.484.646/0001-30. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Data da assinatura: 18/02/2021. Assinam: Dr. Dimas Moreira da Silva, Procurador Chefe da PRT 15ª Região e Dr. Hugo Leandro Maranzano - Diretor. PGEA: 20.02.1500.000634/2018-85.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Convenientes: MPT, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região e PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE A/A - FACAMP, CNPJ: 03.377.471/0001-01. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Data da assinatura: 18/02/2021. Assinam: Dr. Dimas Moreira da Silva, Procurador Chefe da PRT 15ª Região e Fernando Nogueira da Rocha Azevedo - Diretor. PGEA: 20.02.1500.000443/2018-04.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 035.103/2020-5; b) Espécie: Contrato nº 4/2021-SEGEDAM, firmado em 08/02/2021, entre o TCU e a empresa HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, CNPJ 37.057.387/0001-22; c) Objeto: Prestação de serviço de suporte técnico on site a produtos da plataforma Microsoft no ambiente do Tribunal de Contas da União; d) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico nº 1/2021; e) Vigência: 08/02/2021 a 07/02/2022; f) Valor: R\$ 389.000,00; g) NE nº 2021NE000229 de 04/02/2021; h) Signatários: pelo Contratante, Claudia Gonçalves Mancebo, e, pela Contratada, Roberto de Oliveira Villares.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Processo: 029.295/2020-3; b) Espécie: 3º TA ao CT nº 10/2018, firmado em 23/02/2021, entre o TCU e a empresa Congonhas Air Smile Odontologia LTDA., CNPJ 07.742.333/0001-35; c) Objeto: prorrogação do contrato até 28/02/2023; d) Fundamento Legal: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e) Vigência: 01/03/2021 a 28/02/2023; f) Valor: R\$ 556.433,04; g) NE nº 2021NE00216; h) Signatários: pelo Contratante, Cláudia Gonçalves Mancebo, e, pelo Contratado, Roberta Mota Leite Pereira da Silva.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 000.444/2021-9; b) Espécie: Contrato nº 1/2021-Sec-MS, firmado em 08/02/2021, entre a SEC-MS e a empresa E W T BRASIL ELEVADORES LTDA, CNPJ 20.810.747/0001-12; c) Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevador instalado em edifício do Tribunal de Contas da União no Estado de Mato Grosso do Sul; d) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico nº 63/2020; e) Vigência: 09/02/2021 a 08/02/2022; f) Valor: R\$ 19.498,72; g) NE nº 2021NE000165 de 02/02/2021; h) Signatários: pelo Contratante, Alexandre Gomes de Souza Júnior, e, pela Contratada, Egmar Batista dos Santos.

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DE GESTÃO DE
PROCESSOS E INFORMAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 120, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021 - TCU/SEPROC

TC 012.105/2018-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA Cleide Jane Sudário Oliveira, CPF: 192.230.133-72 do Acórdão 7336/2020-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Sessão de 14/7/2020, proferido no processo TC 012.105/2018-0, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 9/2/2021: R\$ 320.678,01. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 33.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do Acórdão 7336/2020 - TCU - 2ª Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso aos autos pode ser realizado por meio do Portal do TCU (www.tcu.gov.br), ou por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, para as instituições que aderiram à solução, exceto no caso de processos/documentos sigilosos, cujo acesso depende de autorização da autoridade competente.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), telefone (61) 3527-5234, e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 208, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 - TCU/SEPROC

TC 016.051/2018-1- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica determinada a AUDIÊNCIA de Leonardo de Oliveira, CPF: 098.026.347-60 (art. 157 do Regimento Interno/TCU), para que, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresente, por escrito, eventuais justificativas, com a pertinente documentação, sobre a omissão no dever de prestar contas dos recursos federais inerentes à contribuição compulsória sindical durante os exercícios de 2014 a 2017, na qualidade de Secretário de Comunicação Social do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Teresópolis à época dos fatos.

A rejeição das razões de justificativa poderá ensejar: a) imputação de multa (art. 58, Lei 8.443/1992); b) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade destas contas, se esta for a natureza do processo (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992).

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 6º, caput e parágrafo único, da Resolução-TCU 294/2018, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

O acesso aos autos pode ser realizado por meio do Portal do TCU (www.tcu.gov.br), ou por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, para as instituições que aderiram à solução, exceto no caso de processos/documentos sigilosos, cujo acesso depende de autorização da autoridade competente. Neste caso, deve ser formulada solicitação específica dirigida ao relator.

Informações detalhadas acerca do processo e da(s) irregularidade(s) acima indicada(s) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), telefone (61) 3527-5234, e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

MARYZELY MARIANO
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

